

ASSENTAMENTO RURAL AGROECOLÓGICO: UM CAMINHO POSSÍVEL PARA A REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Rural Agroecological Settlement: a possible way for the socioeconomic reproduction of family farming

Filipe Augusto Xavier Lima

Engenheiro Agrônomo. Doutor em Extensão Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor Adjunto do Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará (DEA/UFC). filipeaxlima@hotmail.com

Resumo: Tendo como referência a transição agroecológica, o presente trabalho apresenta como objetivo compreender as dificuldades e potencialidades das estratégias e experiências dos agricultores familiares do assentamento Chico Mendes III, verificando, ainda, as mudanças ocorridas nas unidades de produção dos agricultores envolvidos. Esses agricultores vêm sendo acompanhados, desde 2009, pelo Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que iniciou um projeto de pesquisa com o intuito de auxiliar o processo de transição agroecológica no assentamento através de diagnósticos, reuniões, capacitações, intercâmbios, unidades de experimentação agroecológica (UEAs) etc. Por meio de visitas aos agricultores do Chico Mendes III para observação direta da rotina dos trabalhos de produção ali desenvolvidos, e de entrevistas direcionadas a fontes-chave de informação e aos representantes de cada família assentada, foi possível constatar os principais fatores que motivaram o envolvimento dos agricultores em uma experiência dessa natureza, bem como as transformações identificadas em suas áreas produtivas.

Palavras-chave: Agroecologia; Extensão Rural; Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária.

Abstract: The objective of this paper is to understand the difficulties and potentialities of the strategies and experiences of family farmers in the Chico Mendes III settlement, as well as to verify the changes that occurred Production units of the farmers involved. Since 2009, these farmers have been accompanied by the Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) of Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), which started a research project with the purpose of assisting the agroecological transition process in the settlement through diagnostics, Meetings, capacities, exchanges, agroecological experimentation units etc. Through visits to the farmers of Chico Mendes III for direct observation of the routine of the production works developed there, and of interviews directed to key information sources and to the representatives of each settled family, it was possible to verify the main factors that motivated the involvement Experience of this nature, as well as the transformations identified in their productive areas.

Keywords: Agroecology; Rural Extension; Rural Development; Agrarian Reform.

1 INTRODUÇÃO

Pernambuco foi, durante décadas, o maior produtor de açúcar do país, o que contribuiu para o desenvolvimento das usinas e a proletarização do trabalhador rural. Mesmo perdendo o posto de maior produtor de açúcar para outros estados, nos últimos anos, evidenciou-se um nítido processo de concentração industrial na zona canavieira pernambucana, onde usinas maiores se apropriaram das menores, como também ocorreu a aquisição de outras usinas pelas firmas proprietárias de grandes usinas, organizando e fortalecendo grupos econômicos que controlam o setor sucroalcooleiro. Isso fez com que a grande concentração fundiária se tornasse um dos mais graves problemas do Nordeste, sobretudo nas áreas de elevadas densidades demográficas, fato que tornou a região açucareira uma área de forte tensão social e de conflitos entre proprietários e assalariados (ANDRADE, 2011).

A ampliação das desigualdades no meio rural nordestino intensificou-se principalmente nos anos 1970, no bojo da modernização conservadora, sendo alavancada no período entre 1975 e 1985, com a crise do petróleo e o surgimento do Proálcool. Nesse período, foram disponibilizados valores consideráveis para o setor canavieiro, via políticas fiscais e creditícias. Por esse meio, aconteceu uma expansão da atividade, com o aumento da área cultivada e a ampliação do parque industrial, bem como a ênfase na mecanização e no uso de agrotóxicos na produção. Esse processo foi acompanhado pela expropriação de pequenos produtores, que perderam suas terras, sendo obrigados ao trabalho assalariado e temporário, passando a residir nas periferias urbanas ou em agrovilas e vilarejos rurais, mas continuando a ter na lavoura canavieira a sua principal fonte de ocupação (LEITE et al., 2004).

Nessa conjuntura, Andrade (2011) destaca que a luta pela terra, embora venha se desenvolvendo desde a época da colonização, vem se acentuando nos séculos XX e XXI, quando os trabalhadores rurais passaram a organizar de forma mais aguerida e a exteriorizar, através da mídia, as suas reivindicações, ora pleiteando o acesso às políticas públicas, ora reivindicando a reforma agrária. Em análise sobre a intensidade da luta pela terra no Nordeste, o autor constata que o número de conflitos é elevado em Pernambuco, devido ao número

de famílias envolvidas na questão agrária e por ser um estado muito populoso (ANDRADE, 2011).

No final dos anos 1980, com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos estados do Nordeste, os métodos de ação dos trabalhadores rurais foram absorvidos por outros agentes sociais. Com isso, na década de 1990, a organização de acampamentos e a realização de ocupações em propriedades não produtivas passaram também a ser apoiadas pelo movimento sindical e pela igreja. Desse modo, no âmbito da atuação do MST, as ocupações de terra, que eram pouco expressivas na região, tornaram-se o principal instrumento de luta para o enfretamento da crise pelos trabalhadores rurais (LEITE et al., 2004).

Um exemplo mais recente dessa luta, no estado de Pernambuco, é o assentamento Chico Mendes III, localizado no município de São Lourenço da Mata, Região Metropolitana de Recife (RMR). Esse assentamento é fruto da ocupação do Engenho São João, ocorrida em 2004, que fazia parte do complexo da Usina Tiúma, falida e improdutivo há mais de vinte anos e era de propriedade do Grupo Votorantim. Depois de muita resistência do MST na RMR, em 14 de outubro de 2008, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) emitiu a posse da área, assentando 55 famílias em uma área de 413,33 hectares (ha).

A maioria dos assentados do Chico Mendes III é composta de trabalhadores rurais ou filhos de trabalhadores rurais, oriundos do corte da cana-de-açúcar na RMR. Parte deles é de trabalhadores urbanos de São Lourenço da Mata e apenas alguns são, de fato, agricultores tradicionais que perderam suas terras ou as deixaram no Sertão por conta da seca. A produção agropecuária no assentamento Chico Mendes III é diversificada, porém em pequena quantidade. A pouca renda familiar advém do período de colheita com a venda de milho, feijão e mandioca e, em alguns casos, da aposentadoria. A degradação do solo, a baixa produtividade, a ocorrência de pragas nos cultivos do milho, do feijão e da mandioca têm resultado em baixa produção de alimentos e de renda para as famílias. Isso está obrigando os moradores do assentamento Chico Mendes III a buscar novas alternativas de fazer agricultura, menos danosas ao meio ambiente, para a recuperação da fertilidade do solo e da vegetação do local.

A partir dessa realidade, em 2009, o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC), vinculado ao Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), iniciou um projeto de pesquisa com o intuito de auxiliar o processo de transição agroecológica no assentamento por meio de diagnósticos, reuniões, capacitações, intercâmbios, unidades de experimentação agroecológica (UEAs) etc. No início do projeto, várias visitas foram realizadas junto a agricultores e também a feiras agroecológicas de Pernambuco, com a intenção de sensibilizar os assentados para as vantagens da agricultura sustentável. Uma UEA, denominada de roçado de estudo, foi implantada no assentamento, envolvendo experiências com diferentes sistemas de cultivos diversificados, escolhidos pelos próprios assentados. O roçado e as reuniões de estudo constituíram-se em um verdadeiro espaço de experiência e troca de conhecimento entre os assentados e os pesquisadores envolvidos no projeto. Apesar disso, por mais intenso que tenha sido o acompanhamento das atividades pela equipe técnica, o resultado da iniciativa foi limitado em se tratando de uma transição agroecológica que envolveu famílias que até pouco tempo não haviam ouvido falar em Agroecologia.

Frente a isso, tornou-se cada vez mais necessário o processo de diálogo entre os pesquisadores e os assentados, no sentido de afinar o discurso sobre os conceitos, os princípios, os métodos e as práticas inerentes ao processo de transição agroecológica. Na tentativa de responder a esse desafio, outros trabalhos de pesquisa e extensão do NAC foram sendo direcionados para o assentamento, a exemplo do projeto *Camponês a Camponês: uma metodologia para a transição agroecológica no assentamento Chico Mendes III – PE*, que teve como objetivos aprofundar o processo de transição agroecológica participativa no assentamento por intermédio da metodologia Camponês a Camponês (CAC) e contribuir, através da pesquisa-ação, para o fortalecimento das famílias camponesas no que concerne à sua produção e reprodução, na busca da soberania alimentar e autonomia das famílias assentadas.

A proposta de definir uma estratégia de longo prazo para a transição agroecológica no assentamento Chico Mendes III implicou dar às famílias assentadas subsídios e condições adequadas em termos técnicos e materiais, com vistas à sua sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural. Todavia, mesmo ocorrendo avanços sig-

nificativos em prol do desenvolvimento desencadeados pelo projeto de transição agroecológica, ainda existem desafios colocados para além da questão produtiva, pois os assentados não contam com nenhuma orientação técnica, uma vez que os serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) não estão disponíveis para os agricultores do Chico Mendes III, sejam eles oferecidos pelas esferas governamental ou não governamental, o que pode se tornar um entrave para a continuidade do processo de transição agroecológica no assentamento. Essa situação, inclusive, foi uma das razões para a implantação de um projeto que abordasse a metodologia CAC, na expectativa de superar esse obstáculo, pelo menos em parte, já que os próprios assentados estariam envolvidos no processo de transição e à frente dele.

Com base em critérios definidos coletivamente, foram escolhidos cinco assentados, que receberam acompanhamento e formação para se tornarem agricultores-experimentadores-multiplicadores de acordo com os princípios da Agroecologia. Esses assentados tinham que dispor de 1,0 ha para a implantação de uma unidade de referência agroecológica, que compreendeu uma área experimental por núcleo de família destinada à replicação das experiências do roçado de estudo. Em contrapartida, os assentados receberam condições materiais para implantar os sistemas de produção testados no roçado de estudo, tais como: cultivo de hortaliças e plantas medicinais, viveiro de mudas, agrofloresta, canteiro de flores, adubos verdes e policultivos. Os produtos resultantes da produção nas unidades de referência agroecológica passaram a ser comercializados em circuitos curtos, como na Feira Agroecológica Chico Mendes, criada em 2011 e com o funcionamento nas sextas-feiras, próximo à UFRPE, e aos sábados, no próprio município de São Lourenço da Mata. Em cada localidade, a feira conta com algumas barracas para a comercialização, onde os assentados que participam levam os seus produtos para comercializar, como também os produtos de outros agricultores do assentamento Chico Mendes III.

Portanto, tendo como referência a transição agroecológica do Chico Mendes III, o presente trabalho apresenta como objetivo compreender as dificuldades e potencialidades das estratégias e experiências dos agricultores familiares do assentamento, verificando, ainda, as mudanças ocorridas nas unidades de produção agropecuária (UPAs)

dos agricultores envolvidos. A importância deste estudo está na possibilidade de, através dos seus resultados, revelar particularidades do desenvolvimento rural e auxiliar o grupo de agricultores a avaliar suas estratégias, o que pode servir para o aprimoramento do processo de transição agroecológica em curso.

2 ABORDAGENS SOBRE A AGROECOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A Agroecologia pode ser entendida como uma ciência ou disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias baseados na aplicação da Ecologia, para o estudo, desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura sustentáveis, nas suas diversas manifestações ou denominações (ALTIERI, 2012). Dentro dessa linha de pensamento, os autores Caporal e Costabeber (2007b, p. 11) também reconhecem “a Agroecologia como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis”.

Na visão de Gliessman (2009, p. 12), o enfoque agroecológico pode ser definido como “a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo de agroecossistemas sustentáveis”, partindo da agricultura tradicional local integrada ao conhecimento e métodos ecológicos modernos, configurando-se, com efeito, em uma nova abordagem da agricultura e do desenvolvimento agrícola. “A Agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável” (GLIESSMAN, 2009, p. 56). Além disso, como ressalta o autor, ela valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, admite a socialização desse conhecimento e direciona sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade.

Sevilla Guzmán (1999), por sua vez, apresenta um conceito que destaca, além dos aspectos ecológicos, uma participação social coletiva como alternativa para se enfrentar o atual modelo de

industrialização dos recursos naturais e os efeitos da globalização econômica na sociedade. Na opinião deste autor, a Agroecologia pode ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas ao atual modelo civilizatório de uso dos recursos naturais, mediante proposta de desenvolvimento participativo a partir do âmbito da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuem para encarar a crise ecológica e social e, com isso, enfrentar o neoliberalismo e a globalização econômica (SEVILLA GUZMÁN, 1999, p. 2).

O termo *sustentabilidade*, tão presente nos conceitos de Agroecologia, é compreendido nesta pesquisa como uma noção que, como enfatiza Morey (1997), tem duas vertentes principais, uma voltada ao ambiente físico natural e outra referida ao ambiente socioeconômico, sendo que uma gestão só pode ser considerada sustentável se respeitar a ambos. O argumento deste autor é de que, na teoria, não se pode dissociar a sustentabilidade físico-natural da socioeconômica, pois, os dois tipos de ambiente seriam subsistemas de um sistema global e a sustentabilidade total seria mais que a soma das duas partes.

Em adição, Rivas (1997) aponta três condições para que o desenvolvimento sustentável se converta em uma alternativa viável: o progresso científico, que continua sendo importante porque a sustentabilidade necessita de estudos e métodos para o uso de energia, materiais renováveis etc.; uma tecnologia social, que se faz necessária para sair dos círculos viciosos do comportamento atual; e uma nova estrutura de tomada de decisões, que integre fatores socioeconômicos e ambientais na definição das políticas e nos esquemas de planejamento e gestão.

Nessa perspectiva, o conceito de desenvolvimento rural sustentável, gerado a partir da Agroecologia, baseia-se no descobrimento, sistematização, análise e potencialização dos elementos de resistência locais das comunidades rurais ao processo de modernização homogeneizador da agricultura, para, através deles, desenhar, de forma participativa, esquemas de desenvolvimento definidos a partir da sua própria identidade local e seu ecossistema. Para isso, os planos de desenvolvimento rural sustentável devem considerar os seguintes elementos em sua elaboração: integra-

lização entre agricultura, pecuária e silvicultura para um melhor aproveitamento dos recursos existentes; harmonia e equilíbrio entre o crescimento econômico e a qualidade do meio ambiente; autonomia de gestão e controle para os habitantes locais; redução das externalidades negativas nas atividades produtivas; criação, manutenção e fortalecimento dos circuitos curtos de produção; utilização do conhecimento local vinculado aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais; e pluriatividade, seletividade e complementariedade de rendas (GUZMÁN CASADO; GONZÁLES DE MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 2000).

A respeito da transição agroecológica, Caporal e Costabeber (2007a, 2007b) afirmam que ela pode ser definida como um processo gradual de mudança, que ocorre ao longo do tempo, nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas, tendo como objetivo a passagem de um sistema de produção convencional a outro sistema de produção que incorpore princípios, métodos e tecnologias de base ecológica. Para Costabeber (1998, p. 39), a transição agroecológica também pode ser definida como “a passagem do modelo produtivista convencional a formas de produção mais evolucionadas desde o ponto de vista da conservação dos recursos naturais e, conseqüentemente, mais sustentáveis em médio e longo prazo”. Ainda de acordo com Costabeber (1998), a característica principal desse processo de mudança seria a “ecologização” da agricultura, que passa a assumir considerações de caráter ambiental e biofísico, além de um papel ativo na determinação das práticas agrícolas.

Portanto, a partir desse marco teórico, espera-se ter construído o quadro referencial para embasar as etapas subsequentes desta pesquisa, principalmente aquelas voltadas à análise e interpretação dos resultados obtidos, haja vista as múltiplas facetas que envolvem um processo de transição agroecológica e seus desdobramentos sobre o desenvolvimento rural.

3 METODOLOGIA

O assentamento Chico Mendes III fica em São Lourenço da Mata, município de Pernambuco que tem uma extensão territorial de 262,106 km² e que está localizado na RMR, limitando-se com as cidades de Paudalho, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Recife, Camaragibe, Vitória de Santo Antão e Chã

de Alegria. O clima da cidade é do tipo tropical chuvoso, com verão seco. O período chuvoso começa no outono/inverno, tendo início em maio e término em agosto. Tem média anual de temperatura de 24,5°C e de precipitação de 1.300,9 mm. A vegetação predominante é do tipo floresta Subperenifólia, com partes de floresta Hipoxerófila (IBGE, 2013).

O setor de serviços é o mais representativo na economia do município, com o equivalente a mais de 60% do produto interno bruto (PIB). O setor industrial é o segundo mais importante e é o que vem apresentando maior crescimento nos últimos anos, juntamente com a prestação de serviços. O setor primário representa menos de 10% da economia, que tem a cana-de-açúcar como o principal produto da atividade. São Lourenço da Mata está localizado a 18 km de Recife e abriga, segundo dados do IBGE (2013), 102.895 habitantes, sendo que 92% residem na zona urbana e 8% na zona rural.

A pesquisa se baseou no enfoque qualitativo, o qual busca compreender o fenômeno de estudo em seu ambiente usual, ou seja, como as pessoas vivem, a forma como elas se comportam e atuam, o que pensam, quais são suas atitudes etc. (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006). No dizer de Richardson (2012), os estudos que empregam uma abordagem qualitativa podem, entre outras coisas, descrever a complexidade de determinado problema, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais e entender as particularidades do comportamento dos indivíduos. Como descrito por Groulx (2012), isso só é possível porque a pesquisa qualitativa introduz um novo sentido dos problemas, na medida em que enfatiza a compreensão dos significados e força a repensar o estudo segundo as especificidades socioculturais dos meios de vida dos grupos pesquisados.

Para dar suporte à pesquisa qualitativa, elegeu-se um caso específico de um grupo de agricultores do assentamento Chico Mendes III, que participaram de um processo de transição agroecológica iniciado no final dos anos 2000. Como referenda Yin (2010), o método do estudo de caso permite a retenção de características holísticas e significativas dos eventos da vida real, a exemplo do comportamento de pequenos grupos. Ao mesmo tempo, o estudo de caso distingue-se de outros métodos por ter a capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências, como documentos, artefatos, entrevistas e observações. Nesse sentido, pode ser

entendido como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (YIN, 2010, p. 39).

No percurso metodológico, foram realizadas visitas aos agricultores do Chico Mendes III para observação direta da rotina dos trabalhos de produção ali desenvolvidos. A observação direta tornou-se um procedimento frequente para a coleta de dados, ocorrendo nas UPAs dos agricultores de base agroecológica ligados ao assentamento, com a finalidade de descrever cinco elementos principais a serem observados: o local (descrição do lugar, dos objetos, do ambiente), os participantes (suas funções, características etc.), as finalidades das atividades desenvolvidas e os objetivos dos participantes (razões formais ou oficiais de sua presença nesse local, outros motivos etc.), a ação (gestos, discursos, interações etc.) e a duração e a frequência (história do grupo, frequência da ação etc.) (JACCOUD; MAYER, 2012).

Nesse momento de entrada em campo, os primeiros acessos ao assentamento Chico Mendes III ocorreram por intermédio e apoio de um dos professores ligados ao NAC, que coordenou atividades da pesquisa-ação desenvolvidas na localidade. Após conhecer a presidente da Associação dos Agricultores Rurais do Assentamento Chico Mendes III e outras lideranças locais, aconteceu um encontro na sede do assentamento com, aproximadamente, vinte assentados.

Na ocasião, estava programada a realização do cadastro da unidade de produção vinculada à organização de controle local, para o posterior credenciamento em uma organização de controle social (OCS), no intuito de que os agricultores pudessem fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Pode-se dizer que esse primeiro momento permitiu o contato direto do pesquisador com o fenômeno estudado, oportunizando, ainda, uma participação concreta nas atividades que estavam programadas para o dia.

Mais adiante, acompanhou-se também uma assembleia realizada na sede do assentamento, com 17 agricultores. Nesse segundo momento, foi apresentado aos assentados um documento intitulado “Legislação sobre produção, comercialização e processamento de produtos na agricultura orgânica”. Foram explicados os aspectos mais importan-

tes de cada instrumento de lei presente no documento, e os assentados apresentaram suas dúvidas sobre pontos específicos, esclarecidos pelo professor presente. Além disso, foram escolhidos pelos próprios assentados dois coordenadores da OCS Chico Mendes.

Em seguida, foi delineado o levantamento de dados, primeiramente, a partir de entrevistas direcionadas a fontes-chave de informação, que foram considerados neste estudo os agricultores-experimentadores-multiplicadores do assentamento Chico Mendes III e professores e estagiários da UFRPE ligados ao NAC. Reconhecendo o valor desse instrumento de pesquisa, as entrevistas voltadas às fontes-chave estavam fundamentadas em um roteiro de entrevista estruturada, por pautas e tópicos, em que o informante pôde discorrer livremente sobre os diversos itens determinados.

A seleção das fontes-chave teve o objetivo de obter uma maior compreensão do processo de transição agroecológica em análise, buscando a caracterização agroecológica e socioeconômica da experiência, a sua evolução no tempo e a caracterização e tipologia dos produtores envolvidos. Esses informantes foram escolhidos pelos seus vínculos históricos com o caso e ainda teriam importante papel na indicação (amostra intencionalizada) dos agricultores familiares com UPAs representativas a serem entrevistados na continuação do trabalho de campo, levando-se em consideração as características estruturais das unidades, o funcionamento dos sistemas de produção, a trajetória histórica das unidades e os objetivos dos produtores e suas famílias.

Na sequência, as entrevistas com base em um roteiro estruturado se estenderam para sete representantes (três homens e quatro mulheres) de famílias assentadas no Chico Mendes III. Em adição, para esses agricultores e representantes das famílias assentadas, foram aplicadas enquetes, usando o questionário para levantamento de dados. Essa técnica consiste em colher informações da “amostra”, como dados gerais, opiniões ou respostas a perguntas formuladas sobre os indicadores que se pretende sondar por esse meio. As entrevistas foram realizadas de forma individualizada, tal como preconiza essa técnica de investigação.

Todas as entrevistas foram gravadas e, depois de transcritas, formaram um documento, a partir do qual foram retiradas as principais falas dos discursos dos agricultores e das fontes-chave. Para a

transformação dos discursos dos entrevistados em textos formais presentes neste artigo, e com o objetivo de manter o anonimato de cada informante, foram utilizadas siglas seguidas de um número. Então, os agricultores assentados do Chico Mendes III foram denominados de ACM e as fontes-chave ligadas ao assentamento, de FCCM. No que diz respeito à transformação do discurso dos entrevistados em textos formais, procurou-se deixá-lo o mais fiel possível às ideias e argumentações das pessoas ouvidas. A intenção foi registrar a voz dos principais protagonistas da presente pesquisa sem deformações. Procurou-se comprovar seus discursos, na medida do possível, por meio de alguns registros escritos e constatações derivadas da observação direta.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme discutido na literatura especializada, as propostas de desenvolvimento rural sustentável, pautadas nos princípios da Agroecologia, devem levar em consideração, além da degradação ao meio ambiente, os níveis de pobreza rural, pois, para que as estratégias de desenvolvimento rural possam se tornar eficazes, é necessário um elo entre as questões tecnológicas, econômicas e, principalmente, as sociais, para o enfrentamento da crise ambiental e da miséria rural que persistem no mundo em desenvolvimento (ALTIERI, 2009).

Segundo uma das fontes-chave entrevistadas, a forma de viabilizar a estratégia de desenvolvimento rural sustentável surge a partir da demanda do MST, com a criação de novos assentamentos em Pernambuco e a orientação de se trabalhar em uma perspectiva de agricultura de base ecológica com as famílias assentadas, dentro dos princípios da Agroecologia (FCCM1).

Caporal (2009) destaca que, por se tratar de um processo social, ou seja, por depender da ação humana, a transição agroecológica implica não somente a busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, mas uma mudança nas atitudes e valores dos atores envolvidos, seja nas suas relações sociais, seja nas suas atitudes com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais. Caporal (2009) também chama a atenção para a complexidade tanto tecnológica como metodológica e organizacional que envolve o processo de transição agroecológica. Dessa forma, não é fácil, nem rápida, a transição de agricultores conven-

cionais para agroecológicos, pois, como citado anteriormente, a transição agroecológica propõe processos de mudança social que implicam no reconhecimento de um saber próprio relacionado à produção agroecológica e a todo um procedimento de implementação de um processo produtivo em novas bases teórico-metodológicas.

Para isso, segundo o FCCM1, a UFRPE foi procurada para dar esse suporte através de projetos e programas de pesquisa e extensão na localidade. Outra fonte-chave lembra que o projeto pioneiro da UFRPE para a transição agroecológica no Chico Mendes III, inicialmente, era voltado para outro assentamento, em outra região do estado, mas, por razões que ele não soube explicar, foi direcionado para São Lourenço da Mata. Ele ainda caracteriza, em síntese, como se deu a participação da universidade na iniciativa e o quanto isso foi significativo para os assentados:

O projeto original era para outro assentamento. Só que, por questões à parte, foi preciso mudar de local, e a direção do MST sugeriu o Chico Mendes III. Daí, aconteceu uma reunião com as lideranças do assentamento para apresentação do projeto. Depois, teve outra reunião com as famílias assentadas e elas decidiram desenvolver o projeto. A UFRPE atuou como orientadora do processo. É quem dava o suporte que os agricultores precisavam para a realização das ações. Eu entendo que, com isso, os assentados passaram a ter uma motivação maior para trabalharem no próprio assentamento, passaram a estar mais presentes no dia a dia do assentamento. E isso melhorou até a autoestima deles (FCCM2).

O informante FCCM3 é mais um que destaca a participação da UFRPE na experiência, porém ele recorda que, ainda durante a fase de acampamento, os trabalhadores acampados já discutiam a necessidade de se organizar e a possibilidade de implementar um cultivo orgânico na área. “Isso partiu deles, muitos ainda adubavam quimicamente e outros usavam inseticidas químicos também. Depois, com a pressão do MST, com a capacitação da universidade, viram que era promissor, viram a necessidade de aderir a essa transição” (FCCM3). O que viria depois é descrito abaixo:

A universidade, através do projeto inicial com o professor, deu um pontapé inicial importante, quando estava confirmado pelo Inca a ocupação. Mudou de acampamento para assentamento. O projeto deu a confirmação de que trabalhar quimicamente não era promissor e sustentável. O

professor, juntamente com os bolsistas, deu essa consolidação. Iniciou o trabalho com hortaliças, distribuição de sementes pra fazer os canteiros, a parte de irrigação. Até dezembro de 2013 não tinha energia elétrica ali, aí a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) fez a instalação a partir do Governo Federal. Aí começaram a melhorar as condições deles, que até então eram precárias. A universidade confirmou que tinha que trabalhar orgânico. A partir do que já tinha lá: esterco de gado, dejetos, aparas, podas, foram fazer a compostagem, os minhocários, começaram a fazer a adubação orgânica, como também, o plantio direto, a cobertura morta, não plantar na declividade, e sim usando a curva de nível. Esses conhecimentos foram bons para eles terem uma modificação de agricultura e viram que é muito promissor (FCCM3).

Dentro dessa mesma linha de pensamento, uma assentada entrevistada confirma as informações anteriores, recordando a orientação do MST em se trabalhar com outro modelo de agricultura e como ocorreu a entrada da universidade no assentamento.

Na época de acampamento, quando a gente acampou aqui dentro, o desejo do movimento, eles foram bem claros: quando a gente ganhasse a terra, esse assentamento ia ser modelo, e a gente ia passar a trabalhar com orgânico. A gente não poderia usar veneno, a gente concordou e continuou não usando veneno. Em janeiro de 2009, o professor e a universidade entraram aqui dentro. O professor apresentou um roçado de estudo pra gente trabalhar com orgânico, e a gente concordou. Ele disse: olha, a gente vem pra cá, se vocês concordarem em trabalhar com orgânico, sem usar agrotóxico e veneno. A gente tudinho concordou. Ele disse: a gente traz experiência pra vocês e vocês dão experiência para nós (ACM3).

Embora essa troca de experiências tenha ocorrido durante todas as etapas do projeto de transição agroecológica no assentamento, importa sublinhar que, no caso do Chico Mendes III, a UFRPE exerceu um forte e quase solitário protagonismo inicial, e o quadro de condições e atores preexistentes praticamente não influenciou o desenho da estratégia de desenvolvimento adotada. Fontes-chave identificam no perfil diversificado dos assentados e na precária situação das famílias as principais razões para que os agricultores desempenhassem apenas um papel secundário nessa experiência. O fato é que, ainda que parte dos assentados ali presentes fossem verdadeiros agricultores familiares que se incorporaram ao MST, muitos não tinham nenhuma relação como o meio rural, isto é, não

praticavam a agricultura, mesmo já vivendo no assentamento, como fica explícito a seguir:

O perfil dos agricultores é diversificado. Tem agricultores que vêm da construção civil, do trabalho rural assalariado, como cortadores de cana, tem agricultoras que têm apenas atividades domésticas, que trabalhavam em empresas de ônibus, e outras. E também pessoas que vieram da agricultura familiar, mas, em menor número, como se pode observar (FCCM1).

São agricultores familiares assentados da reforma agrária. A maior parte deles tem uma ligação com o mundo rural por terem nascido em zonas rurais do interior do estado e por terem trabalhado em engenhos de cana-de-açúcar. A vida era dividida entre as atividades no assentamento e fora dele. Ou seja, uma parte deles possuía uma ocupação fora do assentamento. Provavelmente, era de onde se retirava a maior parte do dinheiro que sustentava as famílias. Alguns nem dormiam no assentamento, outros só apareciam nos fins de semana (FCCM2).

Já eram agricultores que trabalhavam na região metropolitana, em São Lourenço, Camaragibe, Guadalajara, e alguns eram de outros municípios, mas estavam nas redondezas. Quando eles viram que estava esse movimento pra fazer a ocupação, eles realmente confirmaram a participação e engrossaram a movimentação do acampamento pra fazer o assentamento. Alguns viviam de uma forma bem precária, humilde, oriundos da agricultura, mas, passando por momentos de dificuldade financeira, e por ter esse histórico na família de trabalho no campo, viram essa oportunidade e viram que era promissor. Eles tinham já esse perfil, esse histórico familiar deles (FCCM3).

Com certeza, o diferente perfil dos trabalhadores residentes no assentamento comprometeu o nível de participação e envolvimento no projeto proposto, participação essa assinalada como:

Condição essencial, pois é instrumento de mobilização social que fortalece os laços comunitários e o sentido comum, com a finalidade de desencadear processos de ação social coletiva nos quais as pessoas reconhecem o valor dos recursos e demais elementos constituintes de uma condição local (muitas vezes assinalada como marginal), com fins de estabelecer planos de longo prazo, numa perspectiva de desenvolvimento endógeno. Para a Agroecologia, a incorporação da participação como pressuposto epistemológico permite ganhos em conhecimento e em criatividade, assim como permite estabelecer processos transformadores de longo prazo (GOMES; BORBA, 2004, p. 10).

Antes, na visão do entrevistado FCCM1, a situação era bem mais complexa e a passividade dos agricultores já era reflexo do próprio modelo de agricultura convencional adotado no país, pautado na modernização. O entrevistado é da opinião de que a motivação para a transição agroecológica, por parte do MST, partiu desse reconhecimento de que o modelo de agricultura até então adotado não surtia os efeitos esperados. Eis a sua resposta sobre o que motivou a mudança:

Acredito que a própria falência do modelo de agricultura convencional implantado no Brasil e em vários países do mundo pela Revolução Verde, que vinha sendo utilizado pelo MST em alguns assentamentos, e acredito que sem o sucesso esperado, tanto na produtividade, como da conservação do meio ambiente, como da manutenção e perpetuação das novas populações rurais instaladas em uma área que as pessoas não são autóctones deste ambiente. Pelo que eu conheço, os assentamentos do MST vinham utilizando a tecnologia da Revolução Verde e não tinha esse sucesso esperado. Aí surge a demanda por novos modelos e construção de agriculturas diversificadas e adaptadas à realidade dos agricultores e à realidade ambiental das terras que eram conquistadas pelo movimento (FCCM1).

A fonte-chave FCCM3 concorda com a opinião anterior, relatando que, antes do projeto, com as práticas agrícolas convencionais, “os produtos eram onerosos, e eles não tinham como estar sempre comprando para o controle de pragas e doenças. Então, eles viram a necessidade de abrir mão disso e fazer de uma forma orgânica” (FCCM3). Nesse sentido, o aperto econômico provocado pelos gastos excessivos com insumos externos e pela diminuição nos lucros dos produtores, além do esgotamento do paradigma da “Revolução Verde”, pode ser uma grande motivação para a transição agroecológica entre os agricultores (BALESTRO; SAUER, 2009). Somese a isso, a possibilidade de resistência à agroindústria canavieira, basilar modelo da modernização do campo em Pernambuco, e ao aumento da concentração fundiária, historicamente favorecida por essa atividade agrícola na região.

Eu acho que esse processo de transição agroecológica veio muito para incentivar os agricultores, os assentados, a enfrentarem a realidade, porque na verdade, o terreno é uma área de ocupação de reforma agrária de uma usina de cana, é uma forma de eles resistirem ao cenário que está ali presente (FCCM4).

Os agricultores entrevistados no assentamento, por outro lado, declaram que as suas motivações particulares surgiram mais por uma preocupação com a saúde da família e com os problemas ambientais decorrentes da agricultura convencional, como a degradação dos solos ou a poluição da água, por exemplo. Mesmo com essas apreensões relacionadas às questões ambientais e o apoio do MST, os assentados não escondem que suas motivações passam, principalmente, pelo estímulo e incentivos dados pela UFRPE, como é o caso da entrevistada ACM1, que alega que “os venenos estão matando muita gente, é muita gente com câncer por causa dos venenos, e eu quero meus filhos saudáveis. Comecei a produção orgânica porque achei que o professor estava certo e a gente deve mudar”. Outro assentado, que participa há cinco anos dos trabalhos realizados pela universidade na localidade, pondera que a produção agroecológica, quando comparada à produção convencional, gera menos desgastes físicos, o que, para ele, foi um fator determinante para motivá-lo, devido à sua idade avançada, a realizar algumas práticas agrícolas. A obtenção de uma maior lucratividade também está presente em seu discurso sobre a sua motivação particular:

No assentamento apareceram os projetos da universidade. Nosso solo está muito degradado, e visei à melhoria do meio ambiente. Já faz cinco anos. Foi o primeiro projeto. Eu criava só animais, gado de grande porte e plantava só feijão, milho e macaxeira. O que me motivou foi porque a idade vai chegando. Poder trabalhar com agroecológico, com as fruteiras, fazer polpa. É um trabalho menos pesado do que pegar na enxada todo o dia. E nas hortaliças, o lucro chega mais rápido. Então, nas nossas reuniões, a gente fala que pode trazer os produtos sem agrotóxicos pra cidade (ACM7).

Aliás, Altieri (2009) adverte que muitos agricultores podem não adotar os sistemas alternativos se não enxergarem uma boa perspectiva financeira, seja através do aumento da produção, seja através da redução dos custos da produção. O autor explica que a adoção de diferentes posturas dependerá, primeiramente, da percepção do agricultor acerca dos benefícios a curto e médio prazos da agricultura sustentável. Também existem aqueles agricultores que identificam no conhecimento agrícola familiar a razão para o envolvimento em projetos dessa natureza, nos quais visam a uma melhor qualidade de vida, tanto para si mesmos como para aqueles que irão consumir os seus produtos agroecológicos.

Eu acredito mais por uma questão de histórico familiar. Minha família sempre plantou sem precisar de adubo químico nem de veneno, e sempre se comeu e produziu de tudo. É uma questão de qualidade de vida, não só pra mim, mas também poder ofertar no mercado, né? Eu comecei a participar do processo tem uns três anos aqui no assentamento, mas eu já fazia alguns trabalhos em outros assentamentos (ACM2).

Quando questionados diretamente sobre os tipos de incentivos recebidos pelos atores envolvidos na experiência de transição agroecológica do Chico Mendes III, percebe-se, a partir das respostas dos agricultores, que a atuação da universidade, realmente, foi determinante junto ao grupo. Isso porque todos os informantes ouvidos reconhecem ter recebido algum tipo de material dos projetos universitários, dos quais os mais citados foram sementes, mudas, esterco, roçadeira, enxada, carro de mão, galeias¹ e bomba de água para irrigação. De certo, a UFRPE vem exercendo um importante papel no caso do assentamento; com efeito, já é possível reconhecer que o conhecimento agroecológico, antes ausente entre a maioria dos agricultores, vem sendo paulatinamente construído e socializado entre eles. Tal constatação se ratifica nas palavras da agricultora ACM2, que, ao explicar o seu trabalho e gasto na sua produção, revelou que está ciente das normas referentes à certificação orgânica e que tem procurado divulgar essas informações entre os demais agricultores.

O gasto que eu tenho é mais humano, e também com algumas sementes orgânicas que eu optei por comprar elas já por uma questão de garantia. Plantar elas pra fazer novas sementes né, porque esse ano saiu uma normativa dizendo que orgânico só vai receber certificação se as sementes forem orgânicas. Eu consegui comprar umas sementes da Bionatur, inclusive distribuí para alguns agricultores, para que a gente possa fazer canteirinhos só com a semente, e com a nota fiscal das embalagens das sementes a gente garante, se vier uma fiscalização (ACM2).

Para o informante FCCM1, a construção desse conhecimento agroecológico se deu justamente após a chegada da universidade, e isso se traduziu em algumas mudanças, que vão desde a diversificação nos sistemas produtivos dos assentados até um maior engajamento político a favor de suas reivindicações. Apesar de não presenciar a transição desde o seu início, ele disse o seguinte sobre essas mudanças:

1 Caixas vazadas, geralmente utilizadas para transportar frutas.

Eu não conheço a fundo esse tempo que vem ocorrendo essa transição, mas o que percebo pelos depoimentos é a questão da diversificação da produção, porque que eles vinham de monoculturas de inhame, mandioca e macaxeira. Hoje, a maioria tem policultivos, também tem a concepção política, a questão de estarem se organizando para reivindicar. Também a formação em Agroecologia, eles têm bastante conhecimento hoje. Eles foram construindo esse conhecimento com a universidade e com outros agricultores através de intercâmbios. Também a questão da alimentação, as mudanças em relação ao passado. Eu não presenciei isso, é só pelo que me falaram (FCCM1).

Outra fonte-chave, que participou de projetos durante a sua formação acadêmica, sugere que, com o incremento da diversidade produtiva, as famílias tornaram-se autossustentáveis, devido à possibilidade de adquirirem os alimentos dos seus próprios sistemas produtivos e comercializarem o excedente. Em seguida, esse mesmo informante expõe alguns entraves presentes na realidade, como a precariedade em serviços de saneamento, educação, transporte e estrutura de moradia. No seu discurso, merecem destaque, ainda, a participação das mulheres agricultoras e a ausência de jovens no assentamento, aspectos que serão discutidos mais adiante. Eis as suas palavras:

Pela história que eu sei, durante o período que fui estagiário, a gente vê que ainda hoje o assentamento tem pouca estrutura de saneamento e de moradia. Era uma vida ainda pior do que é hoje. Esse projeto trouxe um pouco de segurança e expectativa para esses agricultores, na questão de estarem evoluindo na agricultura. Tem a questão da comercialização, antes eles comercializavam pouco, era uma realidade precária, pior do que é visto hoje. Primeiramente, as produções das famílias se tornaram bastante diversificadas. Elas se tornaram autossustentáveis. Eles tentam reaproveitar tudo que utilizam, e tudo é dialogado com os estudantes e professores. O papel das mulheres deve-se destacar, a maior parte dos participantes são mulheres, mas os jovens são ausentes. Os jovens saem porque as condições são precárias, e na cidade eles mostram que o urbano que é o caminho. Também, no assentamento não tem escola, não tem transporte. Tudo influencia na ausência dos jovens (FCCM4).

Com certeza, o aumento e a diversificação da produção é algo que pode ser constatado nas áreas produtivas daqueles agricultores que incorporaram a proposta agroecológica trazida pelos projetos da

UFRPE, o que pode ser confirmado a partir das respostas a seguir:

Não tinha antes abacaxi, não plantava fruteira, só tinha macaxeira, milho, feijão e essas coisas. Quando o professor chegou, ele incentivou a gente a plantar fruteira, abacaxi, maracujá, e outras coisas mais. Hoje em dia eu estou com dois mil pés de frutas (ACM1).

Acredito mais na diversificação né, comecei a produzir mais hortaliça, algumas culturas que antes a gente não imaginava que era possível, como a cebola, tomate, porque precisa de muito veneno e aqui a gente consegue controlar com defensivos alternativos, óleo de Neem, calda de pimenta, calda de fumo, casca de ovo, urina de vaca. Tem melhorado, tenho aumentado a produção, eu tenho conseguido produzir cada vez mais (ACM2).

A gente plantava coentro, macaxeira, feijão, milho, fruteira, jerimum. Ai depois o professor chegou e formou um roçado de estudo, na parte de baixo. Ele trouxe berinjela, a gente não conhecia. A universidade trouxe muita coisa que não era do nosso conhecimento, e foi ótimo pra nós. A produção aumentou. Hoje eu posso lhe dizer que nós temos um sítio (ACM3).

Alguns agricultores também consideram que ocorreram outras transformações para além da produção, como a inserção de filhos e netos na agricultura, ou modificações na divisão do trabalho familiar, voltado à atividade produtiva: “O que mudou foi que minhas filhas aprenderam, tiveram conhecimento, meus netos também. A gente saber que está com saúde na nossa casa, dentro do nosso plantio, tanto pra nossa família quanto pra população.” (ACM3). Segundo outro entrevistado, “aumentou a produção, a gente aprendeu a trabalhar, enriquecendo mais. Mudou as tarefas, cada um da família tem a sua. A gente divide, porque senão fica difícil trabalhar com a horta e com o gado. A gente evoluiu, com certeza” (ACM7). A assentada ACM2 corrobora as duas opiniões anteriores e compartilha seu oportuno exemplo para ilustrar essa questão da inserção da família na agricultura:

Mudou tudo. Depois que a gente veio pra cidade, a vida da gente se tornou urbana né, então, hoje eu tenho meu pai, meus irmãos, meus sobrinhos que já vêm pra cá, já estão crescendo com o hábito da agricultura, e conseguindo recuperar a essência da família. Acho que foi uma coisa que a gente sempre lutou, eu e minha irmã. A gente tem no sangue a história da agricultura. Tem sido mesmo

agricultura familiar, meu pai vem pra cá com meu filho (ACM2).

Adicionando a inclusão de parentes na agricultura percebida por alguns entrevistados, sucedeu, ainda, a mudança nos hábitos alimentares e a geração de renda para as famílias agricultoras. Isso veio com a possibilidade de os assentados passarem de consumidores a produtores, o que foi uma mudança significativa para alguns, como se pode perceber na seguinte citação:

Eu morei bastante tempo sozinha, depois arrumei meu companheiro. O que melhorou pra ele foi que ele não tinha essa visão de Agroecologia. Agora ele tem cuidado. Está trabalhando com as fruteiras. Mudou o hábito de me alimentar. Hoje eu não vou à feira convencional comprar. Eu produzo. Também mudou a renda, que está nos ajudando. A mudança maior é o direito que eu tenho de poder mexer na terra. A gente ser dono de um pedaço de chão. Desde que eu nasci, eu nunca tive terra. Eu nunca comi uma fruta de um pé que eu cultivasse. Agora eu tenho minhas laranjas, eu tenho a liberdade de mexer com a terra. Não tem nada no mundo que recompense um pobre ter um pedaço de chão onde ele possa plantar. Eu era escrava. Quem vive em terra alheia é escravo sem saber (ACM5).

No âmbito das principais dificuldades levantadas na experiência de transição agroecológica do assentamento Chico Mendes III, procurou-se situar as perspectivas tanto das fontes-chave quanto dos assentados entrevistados. Do lado das fontes-chave, ouviu-se que muitos agricultores ainda não se envolvem ou não conseguem se adequar à adaptação que é necessária durante a transição, porque boa parte deles trabalhou em usinas de cana-de-açúcar por muito tempo, e isso fez com que o modelo de agricultura convencional servisse de referência em suas realidades produtivas (FCCM4). Em compensação, a fonte-chave FCCM4 lembra que algumas pessoas “já conseguem se distanciar dessa referência, onde a maioria são mulheres, pessoas que vieram do sertão, fora dos engenhos de cana. Essas pessoas são mais abertas, mais jovens, abertas a novos conhecimentos, novos diálogos e novas formas de interagir com a agricultura”. Outro informante retoma a falta de estrutura básica e de alguns serviços fundamentais no assentamento e como isso interfere na permanência dos jovens na localidade. Mas também chama a atenção, na sua fala, para a ausência dos serviços de Ater para aqueles agricultores e as divergências internas, que se tornam fatores limitantes para o avanço do grupo.

Eu observo como dificuldade a questão dos assentados não contarem minimamente com a estrutura de moradia, saúde e educação dentro do assentamento. Isso afasta as pessoas, principalmente os jovens e as crianças, pela impossibilidade de viverem dentro dessa realidade e também a infraestrutura de transporte para escoar as mercadorias e se locomoverem para a cidade. A inexistência dos serviços de extensão rural é outra dificuldade bastante significativa. Outra dificuldade, apesar de estarem há 10 anos, 5 de acampados e 5 de assentamento, é a organização dos assentados. A divergência política em qualquer comunidade é comum, mas eles não conseguem muitas coisas entre eles, e acaba criando entraves, que se tivesse uma maior união entre eles poderia ser positivo. A questão das divergências políticas é algo que está atrapalhando um pouco (FCCM1).

O entrevistado FCCM4 segue essa linha de pensamento e é mais incisivo na sua análise. Para ele, o acompanhamento da UFRPE é importante, porém não é suficiente para sanar os problemas das famílias que ali residem. Em sua opinião, inclusive, os agricultores estão em uma situação quase que de abandono, negligenciados pelo Estado:

A universidade é muito importante, mas não resolve tudo. É uma instituição de educação, ela tem as suas contribuições e responsabilidade, mas ali falta o papel do Estado, do movimento, do Estado para dar continuidade à reforma agrária, à Ater, falta esses agentes. Isso é muito importante, falta esse trabalho. Às vezes a gente quer melhorar a produção, mas o produtor está passando por necessidades básicas. É preocupante a ausência do Estado no assentamento (FCCM4).

Em São Lourenço da Mata, os relatos são muito críticos em relação à atuação das ações coletivas no assentamento. A mobilização coletiva é uma limitação categórica na experiência e precisa ser melhorada, para que as formas de organização dos agricultores e de outros atores socioeconômicos possam participar da reprodução ou da atualização de relações estruturais econômicas e sociais de reciprocidade, como ensina Sabourin (2006). O informante FCCM2 considera que, “enquanto integrantes de um movimento social, a organização deles é perfeita, mas, no momento de um trabalho em conjunto para a produção, parecia que sempre havia algum tipo de desencontro entre eles mesmos”.

A fonte-chave FCCM3 argumenta que eles precisam trabalhar o quanto antes essa parte do coletivo, especialmente pela idade avançada de alguns agricultores. Isso porque, até o momento, não é

dado nenhum tipo de incentivo para a permanência dos jovens no assentamento, não evitando, assim, o êxodo rural. Ele ainda sente que algumas práticas agrícolas precisam ser consolidadas no cotidiano das famílias, como a compostagem, as formas alternativas de irrigação e a produção de sementes orgânicas. Um elemento que justifica essa não consolidação das práticas, para o entrevistado, é a escassez de maquinário e ferramentas para o trabalho em suas unidades produtivas.

Já do lado dos assentados, alguns consideram que, com a transição agroecológica em curso, ocorreu um aumento em suas tarefas, notadamente pela maior incidência de pragas e doenças identificadas em determinadas culturas. No dizer da agricultora ACM1, “tem muito mais trabalho na produção orgânica. Aumentou o trabalho, porque quando a gente plantou couve, deu lagarta, e tem que arrancar, porque não pode botar remédio. No maracujá, a mesma coisa. Aí fica difícil, mas pra mim tá tudo bem” (ACM1). Na perspectiva de outro entrevistado: “A praga é a primeira a aparecer. Vem lagarta, formiga, fungo. Dá mais fungo na laranja, limão, pinha, graviola. Eu estou combatendo com o fumo e sabão, não tem fungo que aguentem” (ACM6).

Para a assentada ACM5, “isso é normal. Nas hortaliças têm lagarta, ela ataca mais uma planta do que outra. Eu usava um produto feito em casa. Tem fungo também, no pé de laranja, as folhas todas pretas. Acho que vou fazer água de sabão, porque não quero utilizar o fumo”. Interessa destacar que, no caso do assentamento, muitos desses impasses têm sido minimizados pelas ações dos próprios assentados, quer dizer, aqueles que possuem certo conhecimento no uso de técnicas alternativas, em detrimento do uso dos agrotóxicos, vêm conseguindo conter as ações dos insetos. Entretanto, nem sempre esse conhecimento é suficiente, como fica exposto:

Sim, a gente tem muito problema com a lagarta, também a vaquinha ou brasileirinho (parece uma joaninha verde e amarela), que é a única que eu tô sentindo problema com ela, que eu ainda não consegui resolver, porque o óleo de Neem não tá fazendo efeito, acho que porque eu não esteja fazendo a aplicação correta porque meu óleo tá acabando, e também por conta das chuvas. Acho que é isso, a lagarta no milho a gente controla jogando terra no olho do milho, isso mata a lagarta. Na couve, eu associei bastante florzinha chamada Benedita, que ela atrai a borboleta. Casquinha de ovo, que acaba distraindo a borboleta, e ela não pousa na cultura, mas pousa na flor, passa direto (ACM2).

Em vez de receber assessoria de agentes de Ater de instituições governamentais ou de ONGs voltadas ao desenvolvimento rural, os assentados do Chico Mendes III contam apenas com a assistência dos bolsistas ligados aos projetos da UFRPE, ou, ainda, com o auxílio informal de estudantes de cursos como Ciências Biológicas, Agronomia, Medicina Veterinária ou Zootecnia, que são levados para realizarem algum tipo de atividade pedagógica prática no assentamento.

A ausência do crédito para investimentos também é sentida na experiência de transição agroecológica do assentamento. Sobre isso, declarou o assentado ACM7: “O que a gente tem dificuldade é a questão financeira. O assentamento já está legalizado, está tudo pronto. Queria poder investir mais na plantação, conseguir um crédito pra investimento. A gente poderia avançar mais.” Outro aspecto negativo apontado pelos agricultores entrevistados é sobre a comercialização dos produtos, mais precisamente pela falta do envolvimento dos assentados na feira agroecológica que foi criada no Recife para a venda de suas produções e na parte do transporte das suas mercadorias. A assentada ACM5 afirma que o fato de poucas pessoas estarem inseridas na feira tem ocasionado prejuízos para aqueles que vão com regularidade, pois isso encarece os custos com o transporte, dividido entre eles.

O difícil é o transporte, porque a gente trabalha tanto, se esforça. Quando leva pra feira, a gente leva e volta muita coisa. Isso pesa muito. Ficou de lucro da plantação só 65 reais. Tem que ter muita força de vontade pra continuar. Por isso muita gente não quer ir pra feira. A gente gostaria que tivesse uma conscientização, porque quanto mais feirante, menos despesa seria pra nós. Isso não vai ser fácil de conduzir, quebrar as barreiras com os companheiros (ACM5).

Esse tipo de situação é considerada por eles mesmos como uma clara representação da falta de associativismo e cooperativismo em prol de um benefício conjunto e em comum para todos. O alcance das redes sociais, que não é percebido no assentamento, poderia influenciar os resultados econômicos, “alterando o fluxo e a qualidade da informação; favorecendo a mobilização de recursos; institucionalizando mecanismos de retribuição ou de punição; possibilitando a estruturação (ou desestruturação) de vínculos de confiança” (SCHMITT, 2011, p. 98). A assentada ACM2 reforça essa preocupação alegando que, mesmo que

todos os agricultores estivessem incluídos na feira agroecológica, de forma associada, isso não seria suficiente para resolver o problema da comercialização, porque no seu entendimento a produção dos assentados ainda é pequena para gerar uma renda que pudesse garantir o sustento das famílias.

Além disso, ela acrescenta que a diversidade produtiva sugerida pelos princípios da Agroecologia gera discordâncias e conflitos sobre quais as melhores estratégias a serem incorporadas nos sistemas de produção dos agricultores, entendendo que a opção pelo policultivo em detrimento da monocultura de base ecológica pode fazer com que as famílias deixem de alcançar um melhor benefício econômico, na medida em que optam por não investir em uma única cultura, mais promissora ou mais fácil de escoar para o mercado local. A seguir, seu argumento:

Preocupa-me, também, que se a gente começar a produzir só um determinado tipo de cultura, a gente foge do contexto, mas também tem a questão de que a gente precisa sobreviver, precisa gerar renda, certo? Então aí eu deixo de ser agroecológico, e vou ser só orgânico, porque eu vou aumentar uma área para produzir tal cultura, e aí é esse conflito que eu tenho tentado entender. Há um conflito entre os agricultores, quando chegam alguns técnicos aqui e dizem que é monocultura. Às vezes falta um pouquinho do entendimento em si (ACM2).

No que diz respeito às vantagens destacadas no caso do Chico Mendes III, referentes ao processo de transição agroecológica, pode-se dizer que o maior ganho para aqueles agricultores foi mesmo o conhecimento adquirido durante a experiência, visto que “a Agroecologia usa a livre circulação do conhecimento como estratégia para a equidade e a justiça social, defendendo a manutenção da biodiversidade ambiental, natural, social e cultural” (GOMES; BORBA, 2004, p. 12), o que serviu, sobretudo, para os trabalhadores que somente conheciam as técnicas agrícolas convencionais, principalmente, as direcionadas para o plantio ou para a erradicação das pragas e doenças. Esse ganho pode ser percebido nos dois depoimentos expressos a seguir:

Eu plantava do jeito que eu tinha aprendido no interior. Plantava macaxeira no seu lugar, as coisas individuais. Então, o projeto mostrou pra nós que nós podemos fazer o casamento das fruteiras, das plantas, das hortaliças. Só traz benefícios. Eu aprendi muitas coisas. Foi muito satisfatório pra mim. Quando cheguei aqui, era improdutivo. Só ti-

nha capim. Nós não podíamos nem colher porque a terra era fraca. Com esse processo de trabalhar com orgânico, com cobertura morta, não queimar nada. Tudo que a terra produz é alimento pra terra. Dá pra mostrar pra todo mundo como mudou o lugar que eu já venho plantando há três anos. Nos outros anos eu estava do outro lado do assentamento. Eu vejo a transformação. Foi uma coisa natural, fácil. É matéria orgânica pra terra, está muito fértil. O resultado está nas laranjas [...]. As condições que isso trouxe pra nós foi uma coisa muito boa. Nós não tínhamos condições de comprar algumas coisas que o projeto nos trouxe. Condições financeiras nós não tínhamos. Eu não tinha muito conhecimento sobre Agroecologia e orgânico. Eu não tinha o conhecimento que tenho hoje (ACM5).

Tem vantagem, porque, assim, a gente aprende a forma de lidar com as pragas. Então, a gente conseguiu algumas técnicas. Não é tão fácil, mas a gente acaba conseguindo lidar com essas situações. Então, a Agroecologia traz muito isso, a gente conseguir produzir num ambiente, sem degradar (ACM2).

A esse respeito, como referenda o agricultor ACM7, as etapas de construção e socialização desse conhecimento agroecológico tiveram importante significado para os assentados. Em sua avaliação particular, “a gente aprendeu e sem sombra de dúvidas foi aprovado. Hoje, a gente já sabe o que pode fazer pra enriquecer o solo. Minha mente hoje é totalmente diferente, o que a gente planta vai servir pros filhos e pros netos. É tudo positivo na Agroecologia” (ACM7). Os informantes pertencentes ao assentamento Chico Mendes III, de maneira geral, entendem ser vantajosa a produção de base agroecológica, já que, além das questões de saúde situadas anteriormente, os agricultores visualizam, nos canais curtos de comercialização criados, uma boa oportunidade para o acréscimo nos seus lucros, uma vez que seus produtos são mais procurados e vendidos de 20 a 30% mais caros do que os convencionais, de acordo com o assentado ACM6.

Mais um aspecto apontado como potencialidade, dessa vez pelo entrevistado FCCM1, é a localização geográfica do assentamento, que está situado em uma região metropolitana, sendo cortado por dois rios perenes com uma vasão significativa, essencial para a produção e a vida no meio rural. Do mesmo modo, ele enfatiza o apoio institucional que é dado pela universidade, exemplificando com uma de suas ações mais recentes no assentamento, que foi o preenchimento dos formulários com os

dados cadastrais dos produtores, que seguiria para uma organização de controle social (OCS), a fim de incorporar os assentados do Chico Mendes III no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos objetivos delineados nesta pesquisa, constatou-se que o caso específico envolvendo o processo de transição agroecológica foi motivado principalmente por questões de saúde e meio ambiente, além dos efeitos negativos provocados pela agricultura convencional. As mudanças ocorridas nas UPAs dos agricultores familiares do assentamento Chico Mendes III estão relacionadas com a melhoria dos hábitos alimentares, aumento e diversificação da produção, valorização e melhor aproveitamento dos recursos naturais e a possibilidade de inserção dos seus produtos em novos canais de comercialização. Na experiência do assentamento Chico Mendes III, o conhecimento agroecológico vem sendo construído paulatinamente.

No que diz respeito às dificuldades identificadas na experiência, os agricultores do assentamento situam a falta de estrutura e serviços básicos para as suas famílias, a ausência de serviços de Ater e acesso ao crédito, os conflitos e falta de organização do grupo, a escassez de mão de obra familiar, problemas com pragas e doenças e entraves relacionados ao transporte, para o escoamento da produção.

Quanto às vantagens destacadas, pelo envolvimento em um processo de transição agroecológica, observou-se que aquelas situadas pelo grupo ligado ao assentamento Chico Mendes III foram a melhoria na saúde, o aumento na procura dos produtos e a criação de novos canais de comercialização. Os outros pontos levantados no assentamento dizem respeito à importância da socialização do conhecimento agroecológico entre os assentados, a geração de renda para as famílias, a localização geográfica, que pode facilitar o escoamento da produção, e, principalmente, o apoio institucional da UFRPE, através de projetos.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- _____. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3.ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão popular, AS-PTA, 2012.
- ANDRADE, M. C. de O. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BALESTRO, M. V.; SAUER, S. A diversidade do rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão popular, 2009.
- CAPORAL, F. R. Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão popular, 2009.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007a.
- _____. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007b.
- COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Tesis (Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia). Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. Universidad de Córdoba (España), 1998.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: procesos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GOMES, J. C. C.; BORBA, M. F. da S. Limites e possibilidades da Agroecologia como base para sociedades sustentáveis. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, RS, v. 29, n.1. 2004. p. 5-14.
- GROULX, L. H. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 3.ed. 2012.
- GUZMÁN CASADO, G. I.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Ediciones Mundi-Prensa: Madrid; Barcelona; México. 2000.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades: São Lourenço da Mata, PE**. 2013.
- JACCOUD, M.; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 3. ed. 2012.
- LEITE, S. et al. **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- MOREY, M. La sustentabilidad desde el punto de vista ecológico. In: RIVAS, D. M. (Coord.). **Sustentabilidad: desarrollo económico, medio ambiente y biodiversidad**. Editorial Paterluz, S. L. Madrid (España), 1997.
- RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- RIVAS, D. M. Sustentabilidad y desarrollo sostenible. In: RIVAS, D. M. (Coord.). **Sustentabilidad: desarrollo económico, medio ambiente y biodiversidad**. Editorial Paterluz, S. L. Madrid (España), 1997.
- SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011. p. 82-112.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Assentamientos rurales y agroecología em Andalucía**. ISEC. Universidade de Córdoba: España, 1999.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 4. ed. 2010.